

## Editorial

### Reflexões no redemoinho da pandemia!

O mundo que conhecíamos até o final de 2019 acabou e ninguém sabe o que vem pela frente naquela que já tem as dimensões da maior crise sanitária, econômica e social da história moderna. Podemos fazer um primeiro balanço das questões que se colocam.

A primeira questão diz respeito ao fato que teremos que coabitar com o vírus por um período indeterminado: à espera de um medicamento eficaz para o combate de sua patologia e/ou de uma vacina capaz de construir a imunidade de grupo. Mesmo que esses remédios cheguem rapidamente e sejam distribuídos mundialmente de maneira igualmente rápida de modo a reduzir o arsenal de medidas de distanciamento social (os gestos barreira etc.), a ameaça dos vírus emergentes continuará: não será mais uma questão específica do Extremo Oriente ou da África, mas um desafio global e permanente.

Isso já implica em uma série de mudanças antropológicas: pela primeira vez, a exceção não é organizada em torno da guerra (primeira guerra mundial, segunda guerra mundial, guerra fria e ameaça da catástrofe nuclear), mas em torno da potência da vida: é essa potência que determina a suspensão da economia, a qualquer custo. Não é por acaso que os protestos políticos e sociais contra o *lockdown* encontraram – muito mais do que no grande capital – na *Alt Right* e suas camadas de pequenos empreendedores o sujeito social e político que a contestou de maneira aberta: os cartazes dos manifestantes fascistas americanos, pedindo para “deixar morrer os fracos” ou, em alemão, o mote infame que estava escrito na entrada de Auschwitz (*Arbeit Macht Frei*) reencontram a dança com o caixão dos fascistas brasileiros na Avenida Paulista e tentação explícita da nova direita brasileira não apenas de usar o vírus, mas de se transformar mesmo no vírus.

Por um lado, isso já está acontecendo no incrível e sem precedentes *lockdown* de boa parte do planeta. Pelo outro, acontecerá na redefinição das modalidades de circulação com a dosagens de vários níveis de distanciamento social e a possibilidade sempre presente de outros *lockdown* (totais ou parciais) a serem decretados em função dos episódios inevitáveis de recrudescimento do contágio. A segunda mudança – ainda mais evidente do que essa – é que não apenas os Estados e os Bancos Centrais tiveram

que mobilizar trilhões de dólares para tentar segurar as empresas, o crédito e a renda, mas o desafio de recuperar a economia mundial e de cada país diante desse colossal choque múltiplo (de oferta e de procura) continua totalmente em aberto e já demanda ainda mais intervenções públicas, a serem realizadas à beira de uma recessão mundial que corre o risco de transformar-se em uma dramática depressão. Estamos então entrando em outra governança macro e microeconômica e essa inflexão está acontecendo na extrema urgência, com o nariz no guidão. As políticas orçamentárias (de investimentos e criação de moeda) vão desempenhar um papel importante – mesmo quando elas não são implementadas porque um determinado governo não quer (como parecia ser inicialmente o caso do ministro da economia no Brasil) e não pode (porque não dispõe de moeda nacional como o Equador) desde já indicam um protagonismo público e/ou estatal que deverá ser objeto de consolidações cujas condições e perspectivas estão longe de serem definidas, como indica os embates sobre os chamados “coronabonds” na Europa e sobre o financiamento do déficit dos estados no Brasil. Essa governança econômica da emergência atravessa tensões que colocam em cheque a forma atual da globalização: as interdependências econômico-industriais e o multilateralismo estão sob altíssima tensão e, como disse o presidente francês ao *Financial Times*, precisamos urgentemente reinventá-las.

As implicações políticas e sociais do impacto econômico da crise sanitária já se transformaram no Brasil em um aprofundamento da crise política que ameaça o próprio futuro das instituições democráticas. As forças políticas que ocupam o poder executivo e suas máximas instâncias se posicionaram no terreno radical de uma ruptura com as lutas em defesa da vida, em um horizonte abertamente necropolítico que requalifica de maneira dramática a violência endêmica que já caracteriza o governo dos pobres no Brasil e na América Latina em geral.

Um outro eixo de reflexão extremamente importante diz respeito não apenas aos cenários de saída dos *lockdowns*. Não se trata tanto de apostar em uma procura pela “desaceleração” da volta ao “normal”, por exemplo em função da oportunidade de fazer dessa catástrofe sanitária a base de uma experiência em grandeza natural para enfrentar aquela anunciada pelo aquecimento global. O *lockdown* de mais da metade das economias do planeta mostra que é possível algo como uma sobriedade do regime de produção e dos estilos de consumo da mesma maneira que a explosão do uso intensivo das redes indica um gigantesco horizonte para uma reorganização criativa dos espaços e dos tempos metropolitanos, regionais e até internacionais.

Nessa edição nº 57 da Lugar Comum apresentamos então uma série de reflexões sobre a pandemia produzidas no mês de abril de 2020, bem no olho do furacão do contágio, da crise sanitária mundial e do *lockdown* planetário. São contribuições que propõem um amplo leque de leituras: Samuel Pulido propõe uma análise dos possíveis abertos pela dramática suspensão da economia que os diferentes governos tiveram que adotar depois de ter se recusado a tomar medidas preventivas quando se tratava apenas de uma ameaça; Yann Moulier e Monique Selim escrevem – bem antes da pandemia – sobre a relação paradoxal entre os vírus emergentes e o vírus da democracia em uma China onde os alertas iniciais lançados por alguns médicos foram censurados; Gianfranco Pancino faz um balanço do conhecimento biológico do vírus e também do debate sobre imunidade no final do mês de março de 2020 (efeito de rebanho, vacina etc.); Sunniva Labarthe traz um relato da dramática situação equatoriana aliado a um balanço da crise política ainda aberta e, em certa medida, agravada pela pandemia. Lauso Zagato desenvolve pelo avesso as teorias do complô para mapear os usos políticos possíveis do vírus; Leandro Carmelini analisa as dinâmicas da difusão viral e as da circulação do capital em um debate com o texto coletivo de Multinômade sobre os paradoxos da democracia; Giorgio Griziotti problematiza e apresenta os aplicativos que estão sendo usado e/ou programados de rastreamento do contágio por meio dos smartphones. No artigo “pandemia musical”, Frederico Lyra propõe uma análise dos fenômenos das *lives* musicais – e as ambiguidades relacionadas à sua apreciação – e do próprio papel da música em tempos de pandemia.

Antes, contudo, na seção **Rede Moitará**, o atual número da Lugar Comum traz um conjunto de reflexões tão múltiplas quanto urgentes. Giuseppe Cocco traça uma genealogia do governo Bolsonaro entre catástrofes e guerras moleculares. Em “*As revoltas dos escravos no Brasil nas ciências sociais e literatura brasileiras (1919-1940)*”, Valter Zanin propõe uma revisão de fôlego da literatura brasileira acerca do papel dos escravizados nas lutas de libertação. Zé Antônio Magalhães oferece uma entrevista com o professor Andityas Matos onde colocam pra conversar autores fundamentais, com crítica, fazendo-nos pensar no que vivemos hoje, quanto ao capitalismo, subjetividade, tecnologias e teologias.

Na seção **Navegações**, os artigos dão continuidade ao debate iniciado no número 56 e pretendem dar conta dos levantes sul-americanos ao mesmo tempo interrompidos e aprofundados pela pandemia. Alejandro Donaire dá continuidade ao relato da condição chilena debruçando-se sobre os dispositivos políticos de pacificação e construção de

consenso. Em parte, seguindo a mesma trilha, Salvador Schavelzon traça uma análise da persistência das ruas sul-americanas – com seus impasses e apostas constituintes – em um mundo pré-pandemia. Por fim, Jeudiel Martinez analisa o par militarismo e necropolítica no contexto venezuelano a partir do comandantismo chavista.

O número 57 finaliza com uma resenha de Alexandre Mendes, do livro “Entre cinismo e fascismo: depois de junho de 2013, narrativas e constituição”, que apresenta a obra como um oportuno quebra-cabeça, isto é, “algumas peças, ferramentas, fragmentos e junções que podem sugerir novas formas de interrogar os problemas da atualidade”.